

Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1.ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa
e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

O CEIDA e a Educação Ambiental na Galiza¹

Carlos Vales (Director do Centro de Extensión Universitária e Divulgación Ambiental de Galicia, CEIDA; Consultor do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, CEA/ISCTE)

Em primeiro lugar, devo dizer que, desde que cheguei a São Tomé, na minha primeira visita, fiz algumas mudanças na apresentação que tinha inicialmente previsto. Na minha opinião, estas mudanças ajudam a tornar a apresentação mais interessante, pelo menos espero que concordem comigo. As mudanças principais dizem sobretudo respeito às reflexões que vou partilhar com vocês sobre o CEIDA, que é o Centro que na Galiza coordena e dinamiza projectos de Educação Ambiental. Já que neste momento, a reflexão consiste na relação entre a educação, entendida como ferramenta, e conservação da biodiversidade, penso que é interessante conhecer quais são as linhas de trabalho e em que consiste a instituição porque parte desta reflexão tem a ver com o trabalho que nós desenvolvemos.

O CEIDA é o Centro de Extensión Universitaria e Divulgación Ambiental de Galicia. A Galiza é um território que a Constituição espanhola designa como uma região que, dentro do território espanhol, tem nacionalidade histórica própria e que se situa, para quem não conhece, imediatamente acima de Portugal. O nosso Centro encontra-se numa das áreas mais povoadas do país, numa zona costeira que tem umas características muito peculiares na Galiza, como o seu interesse ambiental. Esse é o lugar onde o CEIDA tem a sua sede, numa pequena ilha onde existe um castelo que historicamente fazia parte do sistema defensivo da baía da Corunha. Na Europa não é estranho que património histórico ou artístico seja recuperado para usos sociais, mas já não é tão habitual utilizá-lo para defender o meio ambiente como acontece com o CEIDA. Outro aspecto interessante está numa das originalidades do projecto: é promovido pelo que seria o equivalente ao Ministério do Ambiente do Governo da Galiza, a Universidade da Corunha e a Câmara Municipal, que é a proprietária das instalações.

De uma forma muito sintética, quais são então os objectivos pelos quais este Centro nasce? O CEIDA tem como objectivos o intercâmbio científico, a educação, a formação, a informação, a pesquisa, a documentação, tudo em relação com o meio ambiente. Mas é também interessante ressaltar dois aspectos que podem ter interesse para a perspectiva que aqui nos traz: a capacitação, portanto a formação ambiental; e as tarefas de assessoria.

¹ Texto transcrito a partir de gravação da comunicação oral apresentada no Seminário Internacional no dia 26 de Julho de 2008 na Mesa Redonda "O Papel Social e Político da Educação Ambiental na Conservação da Biodiversidade", Instituto Superior Politécnico, São Tomé.

Outro aspecto que é interessante conhecer é que, desde que começou o período estável de funcionamento do CEIDA, e este é um Centro relativamente jovem que começou a funcionar em 2001, as suas linhas de trabalho não foram independentes. Procurou desenvolver-se trabalho em parceria com todo o tipo de instituições que prosseguem objectivos comuns, encontrando-se entre estas instituições Organizações Não Governamentais vocacionadas para a área do ambiente (ONGA), tanto de carácter local como internacional, administrações públicas, empresas, universidades e outros. Outra preocupação do CEIDA tem sido manter, desde o início, uma projecção que não ficasse apenas reduzida a conhecimentos e problemas, mas antes que seguisse uma perspectiva mais internacional do trabalho, partilhando actividades com uma grande diversidade de países.

Por outro lado, desde o início do seu funcionamento em 2001 até 2007, participaram nas actividades do CEIDA mais de 200 mil pessoas, sendo as áreas principais as actividades formativas, as exposições de divulgação sobre temas ambientais, os programas específicos de Educação Ambiental, as acções de cooperação, as actividades ligadas à gestão de uso público em áreas protegidas, etc. Destacaria especialmente que, no âmbito da formação, passaram pelo CEIDA neste período mais de 7 mil pessoas, o que significa uma média de mais de 1000 pessoas por ano participando em actividades de capacitação ambiental, e não estamos a falar de crianças ou escolas, mas sim de professores, educadores ambientais, profissionais e técnicos de diferentes áreas de trabalho.

Outro aspecto interessante sobre o Centro, que se vincula com o projecto de Salas Verdes promovido pelo Brasil, é a área de documentação ambiental e o CEIDA tem um centro especializado nesta área. Os seus fundos bibliográficos e documentais estão catalogados em livros, revistas e periódicos especializados. É importante dizer que recebe periodicamente quatro revistas especializadas sobre o Ambiente, das quais se seleccionam e catalogam os artigos de maior interesse, mas também materiais audiovisuais, informações não publicadas, cartografia e recursos electrónicos. No âmbito deste Centro de Documentação é publicado mensalmente um boletim em formato electrónico, ao qual se pode ter acesso via Internet, com todas as novidades relativas ao último período, tais como livros, artigos de interesse, legislação, páginas web, etc. Existe também um outro boletim especializado na temática marinha, que é uma das áreas em que o CEIDA está especializado dada a sua envolvente costeira e marinha; e uma linha de publicações sobre espaços que identificamos não terem publicações específicas ou que podem contribuir para a formação de pessoas que trabalham na área do Ambiente, na qual destacaria especialmente a publicação de uma revista bianual de pensamento científico, a *Ambientalmente Sustentável*, cujo último número foi dedicado a programas de Educação Ambiental para a conservação espécies ameaçadas, com experiências acumuladas durante as últimas décadas na Península Ibérica.

Entre as outras linhas de trabalho do CEIDA, que se foram definindo ao longo do tempo, destacarei muito brevemente aquelas que penso terem maior interesse para a presente reflexão. Assim:

- Por um lado, trabalhamos a temática da conservação, tanto sobre espaços naturais e áreas protegidas como espécies, através da capacitação de gestores, mas também de campanhas de sensibilização pública para a população em geral. Em concreto, é interessante ressaltar a experiência de gestão da Educação Ambiental e do uso público de um espaço natural protegido próximo ao nosso Centro que foi declarado há poucos anos monumento natural, decorrente de um trabalho de sensibilização que, tendo tempo, seria interessante falar demoradamente, mas fica referenciado nos seus principais valores;
- Por outro lado, trabalhamos sobre o meio marinho, na organização de encontros, seminários, intercâmbio de experiências, na elaboração de exposições para gerar consciência social, ou ainda projectos específicos como o projecto no âmbito da União Europeia liderado pela Galiza, no qual o CEIDA é o parceiro responsável pelas actividades na área da formação, que visa diversificar as possibilidades de emprego no sector marinho, desenvolvendo-se em parceria com a Bretanha francesa, a Sardenha em Itália e a Lituânia. É de referir que a preocupação com o meio marinho encontra-se bem fundamentada, devendo-se esta nossa linha de trabalho não só às condições especiais que temos vinculadas a este meio, mas sobretudo porque a sua problemática é muito importante no âmbito internacional, inclusivamente em São Tomé e Príncipe. A este nível, desenvolvemos ainda trabalhos específicos de Educação Ambiental dirigidos sobretudo ao público escolar;
- Por outro lado ainda, trabalhamos na área do turismo, tanto na promoção de boas práticas ambientais para o sector, como na valorização do património natural e cultural como ferramenta de promoção turística, incluindo a capacitação dos actores turísticos, nomeadamente guias e responsáveis do sector turístico;
- Finalmente, chamo a atenção para a área da cooperação que remete para o contexto geográfico-histórico da Galiza, desenvolvendo-se a três níveis principais: o âmbito espanhol-europeu, no qual desenvolvemos actividades de parceria e cooperação; o âmbito ibero-americano, no qual realizamos actividades com colegas de Cuba, Chile, Argentina ou México; e o âmbito da lusofonia, porque, na verdade, a nossa origem linguística é estritamente comum o que facilita e justifica a realização de actividades a este nível, destacando-se o I Congresso de Educação Ambiental dos países Lusófonos e Galiza, do qual a Galiza foi a anfitriã no mês de Setembro do ano passado.

Esta introdução permite-nos entrar agora no que vão ser as minhas reflexões sobre o vínculo entre a educação e a conservação. Por questões de tempo, irei apresentar apenas o esqueleto do corpo desta reflexão, do qual daria para falar muito mais demoradamente. O que vou fazer é deixar aqui apenas os elementos que acho que se têm que ter em consideração quando alguém reflecte e tenta construir projectos relativos à educação para a conservação.

O primeiro é reincidir no que a Educação Ambiental é e qual o seu papel. Há muitas definições possíveis. Eu gosto particularmente de uma definição apresentada há 30 anos no Congresso de Moscovo, pois acho que sintetiza todas as coisas fundamentais sobre a Educação Ambiental: é uma educação que não é feita só para indivíduos, a Educação Ambiental é para indivíduos mas também para colectividades; é uma educação que não só ensina conceitos, mas o que é mais fundamental, os valores e as capacidades e, sobretudo, a predisposição para intervir sobre o meio e sobre como nos relacionamos com ele; e capacita não apenas para resolver os problemas do momento mas aqueles problemas que se colocam para o futuro, o que é fundamental no contexto de mudanças muito rápidas. Entramos numa etapa em que os problemas que vamos ter que enfrentar enquanto comunidade humana vão ser novos e realmente desafiantes. Deixando isto claro como o conceito do que a Educação Ambiental tem que ser, no meu entender, qualquer educação não precisa de ter o apelido de ambiental, qualquer educação é educação ambiental. Se uma educação não capacitar para isto não é verdadeira educação.

Mas entrando no que a biodiversidade é, teríamos que começar por clarificar o que é a biodiversidade e é aí que começa parte dos nossos problemas. Como define a Convenção da Diversidade Biológica, a biodiversidade é a variabilidade de organismos vivos de qualquer fonte, incluindo entre outras coisas os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre os ecossistemas. Fazendo um comentário que faríamos na Galiza, isto é muito complicado. O primeiro problema que temos é que queremos trabalhar com a biodiversidade e a biodiversidade é um projecto muito difuso, porque tem muitos níveis nos quais se manifesta e isto é complicado de explicar à partida, é muito mais fácil falar com o inventor da palavra, provavelmente atrapalharmo-nos todos se tivermos que falar do repertório de seres vivos e sua riqueza à face da terra. Deixando-nos de tanta complicação, a biodiversidade realmente implica espécies, diversidade dentro das espécies na sua variabilidade genética, ecossistemas, paisagens e também a intervenção em interrelação com os seres humanos.

Mas se é uma coisa tão complicada, porque temos que nos preocupar? Um motivo é porque a biodiversidade é fundamental para nós, presta uma enorme quantidade de

bens e serviços à sociedade humana, tanto que não poderíamos sobreviver no planeta sem a biodiversidade. Daria para enumerar todos os serviços que a biodiversidade presta, mas evidentemente não temos tempo, pelo que se alguém quiser aprofundar o tema simplesmente terá que recorrer à bibliografia. Mas é fundamental deixar claro que um dos motivos pelos quais a biodiversidade é tema de preocupação, pelo menos para muitos peritos, mas deveria ser do conjunto da população, é precisamente pelos serviços que a biodiversidade presta. Outro motivo adicional para nos preocuparmos não é porque nos presta serviços importantes, porque se não estivessem ameaçados não haveria problema, o problema é que estamos a destruir a biodiversidade a uma velocidade incrível, muito mais do que aparentemente se nota. Este é outro dos problemas da educação para a biodiversidade: que não se nota a sua destruição.

Trouxe aqui alguns exemplos, poderia ter muitos mais, de como é que isso acontece. Um dos ecossistemas de mais biodiversidade da terra são as florestas húmidas tropicais que estão a ser destruídas por todo o planeta a uma velocidade imensa, incluindo o contexto em que aqui nos encontramos no qual não sobra mais do que 10% da área originalmente ocupada por estas florestas. Mas noutro extremo de ecossistemas ou de ambientes terrestres como podem ser os sistemas sub-áridos, nos quais moram milhões e milhões de pessoas, têm uma enorme fragilidade e estão sujeitos a um processo de degradação enorme. Neste momento, perdemos a capacidade para manter comunidades de seres vivos e alimentar os seres humanos que aí moram.

Outra das vias é a perseguição directa de espécies. Há apenas duas décadas não havia problema com os tubarões, hoje a maioria das espécies de tubarões do planeta estão em perigo de extinção. Mas não apenas em espécies de maior ou menor interesse comercial... Portanto, creio que nós temos que planear para tentar conservar esses valores e esses serviços que a biodiversidade nos presta. Uma possível aproximação é esta que eu proponho aqui. Haveria três grandes âmbitos que têm que confluír para conservar a biodiversidade: o da investigação e gestão, a legislação, a educação e a participação pública, que não deixa de ser uma via concreta pela qual se podem fazer os processos educativos. De maneira muito sintética, sem pretender aprofundar mas simplesmente dar umas pinceladas do que em qualquer destes âmbitos seria interessante saber - daria para falar muito mais demoradamente, insisto

Por um lado, é incrível o que não sabemos, mas, por outro lado, também é importante saber que sabemos o suficiente para poder actuar. Por exemplo, sabemos quais são os pontos quentes de biodiversidade do planeta e, portanto, quais deveriam ser as áreas prioritárias de conservação. Uma das áreas importantes são os bosques e as florestas guineenses; da mesma maneira, sabemos quais são as áreas quentes da biodiversidade marinha, por

certo também São Tomé e Príncipe está dentro desse grupo. Os santomenses têm uma responsabilidade especial porque têm uma parte muito importante do património colectivo da humanidade e o resto dos povos e das pessoas temos a co-responsabilidade de cooperar com os santomenses para conservar esse património que é património comum de todos.

Sabemos isto e aprendemos muito desde que se começou a prática da gestão da conservação nos finais do século XIX. De chamar a atenção que há toda uma série de aspectos que em 1962 existiam como preocupação dos gestores e que hoje são prioritários, entre eles a capacitação, as novas ameaças, ter em conta a população local, coisas que quase não se faziam. Fiquemos com esta ideia: há uma bagagem de conhecimento teórico-prático acumulado no sistema da conservação que nos permitiria fazer as coisas relativamente bem hoje em dia e portanto aí temos uma experiência.

O outro âmbito é o da legislação. Como também não lhe podemos dedicar muito tempo, simplesmente chamaria a atenção de que também dispomos na actualidade de ferramentas suficientes para poder actuar. Uma coisa são os conflitos socioambientais que não somos capazes de resolver, outra coisa são os problemas sociais da gestão da conservação da biodiversidade. Mas sabemos que temos identificados níveis de importância nas categorias das áreas protegidas, ou temos suficiente precisão de que é preciso proteger mais território. É a partir dos anos 80 que a intensidade de declaração de novas áreas e o incremento de protecção de território no planeta incrementa vertiginosamente. Temos um grande ponto fraco que é o meio marinho em que a superfície protegida na actualidade é 3-4 partes, o que significa dizer que é de cerca de 1%, portanto temos aí uma enorme fragilidade. A segunda fragilidade é no âmbito da regulamentação. Há muitos regulamentos que só existem no papel e que portanto o seu destino vai ter que acabar antes de ser prorrogados porque entretanto deixaram de existir os valores pelos quais foram declarados, mas isso são problemas sociais.

Por fim, na educação e a participação pública chamaria a atenção para alguns aspectos. Há, por exemplo, na organização mundial mais importante na conservação que em alguns países joga um papel importantíssimo, noutros não tanto, uma série de conhecimentos como os que eu estou tentando recolher num manifesto, que nos permitiriam fazer bem as coisas, mas é fundamental que cheguem a cumprir os seus objectivos. Vou dizer também umas palavras da reflexão do último Congresso da Comissão de Educação e Comunicação: o êxito da conservação do espaço é em 90% um problema de comunicação e educação, não é um problema de gestão dos sistemas biológicos. A gestão dos sistemas biológicos é mais fácil de fazer, os problemas a resolver são os problemas sociais e, nesse sentido, a educação e a participação. Da mesma maneira, é fundamental desenvolver políticas precisamente no âmbito da intervenção social, não científica-naturalística, e é

imprescindível aprender como ser mais eficaz na utilização dos instrumentos sociais de conservação e não só nos instrumentos técnico-naturalísticos.

Por outro lado, se partimos de outra reflexão da Convenção sobre Diversidade Biológica, eu chamaria a atenção sobre este texto que aparece aqui referenciado e que aborda de novo o problema que eu já comecei a falar da educação para a conservação. É que é difícil que a população perceba a importância dos serviços, dos valores, dos contributos, que a biodiversidade traz. Este é o grande desafio que a educação para a conservação tem que planear. De facto, o cenário no qual se vai desenvolver o trabalho e a vida de todos nós nos próximos anos tem a ver com grandes desafios ambientais. Um deles ficou expresso no início deste Seminário, o das alterações climáticas. Estamos perante um problema que vai ter consequências inevitáveis e potencialmente catastróficas sobre todos os âmbitos da vida humana, inclusive a conservação do património biológico do planeta. Este é um problema que temos aí e que tem diferentes cenários possíveis, um ou outro segundo a nossa conduta no nível internacional e a responsabilidade dos líderes dos diferentes países. Outro é que no fundo as alterações climáticas não são mais do que um síndrome, uma temperatura que marca a febre do sistema biológico global, porque os processos de degradação, que não estritamente climáticos nem apenas energéticos, também têm a ver com as mudanças radicais do uso da terra, a forma como os sistemas biológicos naturais do planeta estão a ser arrasados. Em boa medida, parte dos processos de falta de capacidade de mitigação da produção de carbono tem a ver com as mudanças de uso da terra.

Por fim, a Educação Ambiental é uma ferramenta para fazer frente à questão ambiental, porque temos que ter consciência que vivemos numa época em que a crise ambiental vai implicar mudanças e temos que ser capazes de nos adaptar e reflectir sobre os desafios que se colocam com as ferramentas ao nosso alcance. Eu acho que se algum instrumento vai ser especialmente relevante para ajudar a conservar o mais valioso do nosso património biológico vai ser que os serviços ambientais se entendam, não que tal planta é endémica, não que tal árvore é muito simbólica. Se queremos ter água limpa, se queremos ter ar limpo, se queremos ter solos para trabalhar, se não queremos que existam desabamentos de terras que matam milhares de pessoas, se queremos que os mangais aguentem as tempestades tropicais para que não matem milhares de pessoas e produzam desabamentos de terras, necessitamos de sistemas naturais. E ou somos capazes de reinterpretar os espaços naturais protegidos pelos serviços de água limpa, pelos serviços de materiais para produzir qualidade de vida das pessoas, ou temos pouco que fazer. Em qualquer caso, isso teremos que fazer nos contextos locais. No contexto local de onde eu venho, no Noroeste da Galiza, processos de trabalho social e educativo com a população conseguiram salvar uma área protegida que estava ameaçada pela especulação no litoral, representadas pela

beleza paisagística, por espécies simbólicas da zona, que a população local interiorizou como seu dever conservar.

O discurso ambiental não pode ser um discurso genérico, tem que ser um discurso adaptada à realidade social, cultural, educativa, e aos problemas específicos de cada população. Nesse sentido, não sou ninguém para dizer a qualquer colega de qualquer país irmão como é que tem que trabalhar, simplesmente que aqui temos um problema, temos as ferramentas, e que cada um de nós tem que desenhar o seu próprio percurso.

Muito obrigado.